



REQUERIMENTO

Apresentamos à Mesa Diretora, ouvido o douto Plenário, nos termos regimentais, **REQUERIMENTO** ao Senhor Prefeito **Manoel Fabiano Ferreira Filho**, extensível ao Secretário Municipal de Saúde, Senhor **Nilson Antonio Ereno**, para que prestem a esta Casa de Leis, de forma circunstanciada e documentalmente instruída, as seguintes informações:

I – DA DEMANDA E TEMPO DE ESPERA PARA EXAMES

1. Qual é a demanda atual, tanto **reprimida quanto ativa**, relativa aos exames de imagem e diagnósticos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, com **discriminação detalhada por modalidade** (ressonância magnética, tomografia computadorizada, ultrassonografia, raio-X, colonoscopia, endoscopia, dentre outros)? Requer-se, ainda, a **apresentação quantitativa individualizada da fila de espera para cada tipo de exame**, com indicação do número absoluto de pacientes aguardando, bem como, se possível, a estratificação por tempo de espera, grau de prioridade clínica e unidade de origem da solicitação, acompanhada de **relatórios e documentos comprobatórios atualizados**.
2. Qual é a demanda atual reprimida e ativa para exames de imagem e diagnósticos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, discriminando por tipo (ressonância magnética, tomografia computadorizada, ultrassonografia, raio-X, colonoscopia, endoscopia, entre outros)? Trazer a quantidade individualizada de cada exame que está na espera.
3. Qual o tempo médio de espera para a realização de cada um desses exames, considerando a fila geral e eventuais critérios de prioridade clínica?
4. Existe sistema informatizado de gestão de filas e regulação desses exames? Em caso positivo, quais são os parâmetros utilizados para priorização e controle?
5. Há monitoramento periódico de indicadores de desempenho (tempo de espera, taxa de atendimento, resolutividade)? Em caso afirmativo, encaminhar relatórios atualizados.

II – DA EXECUÇÃO, AQUISIÇÃO E SUFICIÊNCIA DOS EXAMES

1. Onde são realizados os exames mencionados (rede própria, consórcios intermunicipais, prestadores terceirizados ou rede privada conveniada)? Especificar os estabelecimentos e respectivos contratos vigentes.
2. Quantos exames foram efetivamente adquiridos/contratados pelo Município no exercício de 2026 até a presente data, discriminando por modalidade?
3. O quantitativo contratado é suficiente para atender à demanda atual? Caso negativo, quais medidas estão sendo adotadas para equalização da oferta e redução da fila de espera?



4. Encaminhar cópia integral dos processos licitatórios, contratos, aditivos e eventuais termos de referência relacionados à contratação de exames, com respectivos valores e quantitativos pactuados.

III – DOS GASTOS E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Qual foi o montante total despendido pelo Município com exames de imagem e diagnósticos no exercício de 2025, detalhado por tipo de exame e fornecedor?
2. Qual a previsão orçamentária e financeira para custeio desses exames no exercício de 2026? Há previsão de suplementação orçamentária?
3. Os custos são integralmente suportados pelo erário municipal ou há cofinanciamento estadual e/ou federal? Em caso positivo, discriminar as fontes de recurso.
4. Existe estudo técnico de custo-efetividade que subsidie a contratação e ampliação da oferta desses exames? Encaminhar, se houver.

IV – DOS PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE, ESPECIALMENTE O EXAME DE CATETERISMO CARDÍACO:

1. A apresentação da **demanda reprimida atual**, indicando o número de pacientes que aguardam a realização do exame;
2. A informação acerca do **tempo médio de espera** para a realização do procedimento, desde a indicação médica até sua efetiva execução;
3. O detalhamento da **rede de encaminhamento dos pacientes**, especificando:
 - a) unidades de saúde responsáveis pela regulação;
 - b) estabelecimentos (públicos ou privados) que efetivamente realizam o exame;
 - c) eventual pactuação com outros municípios ou instituições;
4. O quantitativo de **exames de cateterismo efetivamente realizados/adquiridos pelo município**, discriminados mês a mês, no exercício de 2025;
5. O **montante total despendido no exercício de 2025** com tais procedimentos, com a devida segregação por fonte de recurso (próprio, estadual, federal);
6. A **previsão orçamentária e financeira para o exercício corrente (2026)**, indicando:
 - a) dotação específica;
 - b) estimativa de ampliação ou manutenção da oferta;
7. A remessa integral dos **procedimentos licitatórios e/ou instrumentos de contratação correlatos completos**.

Para todos os itens acima, requer-se que as respostas sejam acompanhadas de **justificativa pormenorizada**, bem como da **documentação comprobatória pertinente**, incluindo relatórios técnicos, planilhas, contratos, processos administrativos e demais elementos aptos ao pleno esclarecimento das questões suscitadas.



JUSTIFICATIVA

O presente requerimento se insere no núcleo estratégico da função fiscalizatória do Poder Legislativo, operando como instrumento de governança pública orientado à transparência, eficiência e transparência na gestão da saúde municipal.

Tem chegado, de forma recorrente, ao conhecimento destas subscritoras, um volume crescente de relatos de munícipes que enfrentam significativa morosidade para a realização de exames diagnósticos, especialmente aqueles de média e alta complexidade. Trata-se de um gargalo assistencial com impacto direto na jornada do paciente e na efetividade das políticas públicas de saúde.

Como case emblemático — e, lamentavelmente, não isolado — destaca-se a situação de uma senhora de 80 anos que aguarda há aproximadamente um ano pela realização de exame de colonoscopia. Soma-se a esse cenário o caso de outra munícipe que aguarda, desde agosto de 2025, pela realização de exame de ressonância magnética. Situações como essas evidenciam um desalinhamento crítico entre demanda e capacidade instalada, comprometendo a resolutividade do sistema.

Os exames de imagem e diagnósticos correlatos constituem pilar estruturante para a medicina contemporânea, sendo decisivos para a detecção precoce de patologias, definição de condutas terapêuticas e monitoramento clínico. Em termos de gestão, representam um ativo estratégico dentro da cadeia de valor da saúde pública, cujo mau dimensionamento gera efeito cascata: agravamento de quadros clínicos, aumento de internações e elevação de custos sistêmicos.

Sob a ótica jurídico-administrativa, a situação demanda análise à luz dos princípios da **razoabilidade** e da **dignidade da pessoa humana**, os quais devem orientar toda a atuação estatal. A demora excessiva na prestação de serviços essenciais de saúde pode configurar violação a tais princípios, além de tensionar o dever constitucional de garantia do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.

Nesse contexto, o Poder Legislativo atua como agente de equilíbrio institucional, exercendo sua função fiscalizatória não apenas como controle formal, mas como mecanismo de indução de melhorias na gestão pública, promovendo maior eficiência, previsibilidade e foco no cidadão.

Assim, o escopo do presente requerimento é **trazer clareza, transparência e subsídios técnicos** tanto para esta edilidade quanto para a população, permitindo uma leitura precisa do cenário atual e viabilizando a construção de soluções estruturantes que elevem o nível de serviço prestado na área da saúde.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2026.

Os Vereadores



Câmara Municipal da Estância Turística de Barra Bonita - SP



PATRÍCIA DE OLIVEIRA BARRETO

POLIANA CAROLINE QUIRINO

CLAUDECIR PASCHOAL

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Requerimento : 19 / 2026 - Chave de Validação: HK3P-KMSR-1BP8-TMKO



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Barra Bonita. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://barrabonita.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=HK3PKMSR1BP8TMK0>, ou vá até o site <https://barrabonita.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: HK3P-KMSR-1BP8-TMK0